

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EMÍLIA COELHO FERREIRA

A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA QUE SE REVELA NA EDUCAÇÃO:
considerações sobre o discurso médico e seus efeitos nos processos educativos.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

EMÍLIA COELHO FERREIRA

A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA QUE SE REVELA NA EDUCAÇÃO:
considerações sobre o discurso médico e seus efeitos nos processos educativos.

Trabalho de Conclusão de Curso –
Artigo Científico, apresentado à Coordenação
do Curso de Graduação em Psicologia do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em
cumprimento às exigências para a obtenção do
grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Emília
Suitberta de Oliveira Trigueiro.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

EMÍLIA COELHO FERREIRA

A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA QUE SE REVELA NA EDUCAÇÃO:
considerações sobre o discurso médico e seus efeitos nos processos educativos.

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 28/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Emília Suitberta de Oliveira Trigueiro/ UNILEÃO.

Membro: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Junior/ UNILEÃO.

Membro: Prof. Dr. Joaquim Iarley Brito Roque/ UNILEÃO.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA QUE SE REVELA NA EDUCAÇÃO: considerações sobre o discurso médico e seus efeitos nos processos educativos

Emília Coelho Ferreira¹
Emília Suitberta de Oliveira Trigueiro²

RESUMO

O presente trabalho aborda o fenômeno da medicalização dos processos educativos. A medicalização é um fenômeno baseado em uma lógica reducionista, que redefine problemas sociais, históricos e políticos como transtornos ou doenças, seguindo os princípios da racionalidade médica. A pesquisa, realizada através de levantamento bibliográfico, tem como objetivo compreender a relação entre a medicalização e a produção de diagnósticos, assim como a ampliação da patologização dos problemas de aprendizagem e de comportamentos pautados pela escola como desviantes. Para isso propõe-se a investigar o processo de medicalização nos espaços educativos, analisando seu impacto nas práticas escolares. Além disso, são discutidos o papel do discurso médico nesse contexto e sua associação com o aumento de diagnósticos, o crescimento da indústria farmacêutica e o uso desregulado de medicamentos. Conclui-se que a medicalização é frequentemente usada como resposta para queixas de comportamentos desviantes e dificuldades de aprendizagem na escola, resultando em um aumento no número de diagnósticos de transtornos de aprendizagem e um significativo aumento no consumo de medicamentos.

Palavras-chave: Medicalização. Educação. Queixa- Escolar. Psicologia.

ABSTRACT

The present work addresses the phenomenon of medicalization of educational processes. Medicalization is based on a reductionist logic, which redefines problems related to human existence under the precepts of medical rationality, turning historical, social, and political phenomena into disorders or diseases. This research, based on a bibliographic survey, aims to understand how the medicalization process is associated with the production of diagnoses and the expansion of the pathologization of learning problems and behaviors considered deviant by the school. To this end, we propose to investigate the medicalization process of educational spaces and the relationship with the expansion of the pathologization of behavior and the production of diagnoses in these spaces, as well as analyze the impact of the medicalizing logic for educational practices and discuss the place of the medical discourse and how this logic is associated with the increase in diagnoses, the growth of the pharmaceutical industry, and the unregulated use of drugs. We conclude that the logic of medicalization has been used as an answer to the complaints of deviant behavior and learning disabilities in the school context, increasing the number of diagnoses involving learning disorders, as well as a significant increase in drug consumption.

Keywords: Medicalization. Education. School-complaint. Psychologies.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: emiliacoelhoferreira@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: emiliasuitberta@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre uma revisão bibliográfica que tem como intuito investigar e problematizar o fenômeno da medicalização da vida nos processos educativos. Esse processo perpassa esses espaços, levando a uma crescente produção de diagnósticos de transtornos mentais sob a demanda da queixa escolar em comportamentos vistos pela escola como desviantes. A pesquisa se inicia a partir da seguinte pergunta: de que forma o processo de medicalização está associado na produção de diagnósticos e na ampliação da patologização dos comportamentos pautados como desviantes pela escola?

Torna-se comum nos espaços educativos que as equipes pedagógicas profiram diagnósticos diante de comportamentos vistos como desviantes, principalmente em crianças que não se adéquam aos preceitos escolares. Cada vez mais se torna aceitável patologizar, psicologizar e medicalizar certos comportamentos, onde toda e qualquer atitude é lida como sintoma, sinal ou anormalidade, onde cada vez mais a vida é tomada como objeto da psiquiatria. O resultado desse processo de medicalização dos discursos escolares é um só: a busca por estratégias que negam a subjetividade humana, sustentadas em um modelo biomédico que favorece a proliferação de laudos e medicação desses alunos para que eles possam se enquadrar no modelo escolar.

O diagnóstico aparece na narrativa desses espaços como a solução, uma resposta aos incômodos ocasionados pela queixa escolar. Estabelece-se a ideia de que os problemas no processo de ensino-aprendizagem e todo e qualquer comportamento de caráter "desviante" da norma tenha como causa respostas do que vem sendo considerado doença ou transtornos, seja a hiperatividade, agressividade, ansiedade, tristeza, inquietação ou rebeldia adolescente. Estes aspectos não parecem indignar, uma vez que o saber e discurso médico passa a ser cada vez mais difundido em diversos espaços da vida cotidiana. A escola, portanto, não passa despercebida dessa lógica de funcionamento (GUARIDO, 2008).

A queixa escolar é atribuída como uma série de dificuldades no processo de escolarização. Tais queixas nada mais são do que objeções da escola em relação a situações que não atendem às suas expectativas, em geral, estudantes que não aprendem e/ou não se comportam. O fracasso escolar é constantemente alvo de pesquisas e estudos por parte de áreas como a psicologia escolar e educacional, que vêm buscando compreender como o fracasso se instaura nesse contexto. A presença desses profissionais chama atenção aos riscos da medicalização, uma vez que as estratégias para a superação do fracasso escolar centram-se nesse processo de medicalização. É esperado por parte dos profissionais da psicologia que

sejam emitidas avaliações diagnósticas e laudos que respondam aos problemas de aprendizagem e comportamento, que justifiquem o fato das expectativas da escola não serem atendidas (MEIRA, 2012).

A relevância em investigar a respeito desse processo de medicalização nos espaços educativos chama a atenção para uma questão social importante: desmistificar e discutir como o saber médico e toda a sua lógica têm sustentado e controlado a vida, e como essa lógica de saber em toda sua leitura reducionista tem feito parte do cotidiano escolar, desconsiderando a realidade e os meios políticos, sociais, culturais e econômicos na vida dos indivíduos (GUARIDO, 2008).

Compreender e discutir os impactos de uma lógica biologista que desconsidera a complexidade da condição humana traz à luz novas formas de encarar o sofrimento, o diagnóstico e os comportamentos para além de uma condição orgânica, permitindo uma ampliação dos estudos acadêmicos na criação de novas hipóteses para a contribuição na formação de profissionais da saúde, de professores, coordenadores, de toda rede pedagógica como possibilidade de conscientizar e ampliar a visão dos processos educativos em práticas que enxerguem os estudantes de forma integral em toda a sua condição humana, considerando sua formação como um ser biopsicossocial.

A tomada de decisão a respeito do objeto de estudo a ser investigado vem de uma constante inquietação a respeito dos processos de condução e controle da vida em uma constante patologização dos comportamentos que se afastam da norma imposta a fim de prender os indivíduos a uma lógica de funcionamento medicalizante, lógica particular do nosso tempo (AMARANTE; FREITAS, 2017). É a partir da minha experiência enquanto estagiária de psicologia em processos educacionais e clínicos, que surge esta inquietação, a demanda que chega nesses espaços vem quase sempre acompanhada de uma queixa escolar, do aluno com Transtorno de Déficit de atenção/hiperatividade, ao paciente com Transtorno opositor desafiador. Isso acarreta em uma sociedade que hiperpatologiza o comportamento humano, que nega o sofrimento, a subjetividade e os aspectos do funcionamento social dos espaços educativos como locais de construção da identidade humana.

A centralidade da investigação desse fenômeno tem como referência diversos autores que já propuseram discussões a respeito do processo de medicalização, acerca das práticas disciplinares fazendo a relação com o discurso médico-patológico (AMARANTE; FREITAS, 2017; FOUCAULT, 1984; GUARIDO, 2008; COLLARES E MOYSÉS, 1994). Considerando o exposto, esta pesquisa tem como objetivo compreender como esse processo de medicalização está associado na produção de diagnósticos e na ampliação da patologização dos problemas de

aprendizagem e de comportamento pautados como desviantes pela escola. Para alcançar este propósito, foram adotados alguns objetivos específicos, como investigar o processo de medicalização dos espaços educativos e a relação com ampliação da patologização do comportamento e produção de diagnósticos nesses espaços; analisar o impacto da lógica medicalizante para as práticas educativas; discutir o lugar do discurso médico e como essa lógica está associada ao aumento de diagnósticos, no crescimento da indústria farmacêutica e no uso desregulado de fármacos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa visa compreender como a medicalização dos processos educativos está associada à produção de diagnósticos e à ampliação da patologização dos comportamentos pautados como desviantes pela escola. Para isso, será utilizada a análise bibliográfica, que consiste na pesquisa realizada a partir de um material elaborado previamente já publicado, como livros e artigos científicos, que tratam tanto da medicalização, como análises e estudos já realizados a respeito do impacto desse processo nas práticas educativas.

Para fins de análise dos artigos selecionados, serão consideradas somente publicações em português, abrangendo a base de dados por meio das plataformas como o portal de Psicologia (PePSIC), SciELO (Scientific Electronic Library online) e Google Acadêmico. A busca visa considerar nos artigos selecionados unitermos como "Educação", "Medicalização", "Queixa escolar" e "Psicologia".

Este estudo trata-se de uma análise exploratória dos fenômenos com finalidade básica pura. Esse tipo de caráter de pesquisa tem como foco proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Para isso, as fontes analisadas trazem como modalidade de pesquisa uma abordagem qualitativa.

3 O PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO EM SUA EXPRESSÃO NOS TEMPOS ATUAIS.

Minha dor de cabeça aumenta, mais um Dorflex
Cicatrizo as emoções com pomada e fita durex
Parto pra luta, quem me vê diz que eu tô bem
Melhor assim, até porque, se eu perguntar, eles também tão
Se maquiando pro mundo e sorrindo
Meu redor todo mentindo” (SANT, Dorflex, 2017).

A medicalização é considerada por Amarante e Freitas (2017, p.15) um fenômeno moderno "polissêmico", no qual se percebe uma variação na sua compreensão. Para Zorzaneli, Ortega e Bezerra- Júnior (2014) este conceito de medicalização pode se referir a momentos históricos diversos assim como a diferentes sentidos. Estes autores para definirem uma base conceitual comum, partem do pressuposto de Peter Conrad, que discorre que “a medicalização descreve um processo pelo qual problemas não médicos passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, frequentemente em termos de doenças ou transtornos. ” (2007, p.4 apud ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA-JÚNIOR, 2014, p. 1860).

Aliado a isso, outra forma de definir a medicalização de acordo com Henriques (2012) é compreendê-la como um processo que captura e redefine problemas relacionados à existência humana sob os preceitos da racionalidade médica. Ou seja, há uma transformação de fenômenos históricos, sociais e políticos em transtornos ou doenças, reduzindo esse conjunto de práticas a uma relação de causa e efeito que envolve uma determinação médico-biológica. Esse processo sobretudo se torna uma lógica simplista, que tem como resultado a patologização de condutas desviantes (LEMOS, 2014).

A complexidade da medicalização já vem sendo retratada e problematizada nas discussões de diversos autores, como Amarante, Pitta e Oliveira (2018). As contribuições desses autores caminham em um único sentido, trazer à cena, indagando questões que há muito tempo se encontravam intocáveis no campo da saúde mental, discutindo como tal problemática tem se desenvolvido na própria literatura científica, sendo assim, antes de tudo, para que se estabeleça uma melhor compreensão de como a medicalização tem assumido dimensões tão diversas e atuais é preciso discorrer sobre seu histórico.

A medicalização, como apontam Amarante e Freitas (2017) foi um conceito desenvolvido pelo filósofo Ivan Illich, através da sua crítica à transformação sociocultural e ao status hegemônico da medicina ocidental que acabava por refletir nas experiências sociais e individuais em saúde, sendo assim, diversos autores desenvolvem seus estudos sobre a medicalização levando em consideração o seu caráter histórico elucidando novas formas de compreensão. Esta, por sua vez, tem sido compreendida como uma atitude que sempre confere uma aparência de problemas de saúde a questões de uma natureza distinta, transformando aspectos da vida de diferentes ordens em transtornos, doenças e distúrbios, reduzindo problemáticas que vem de uma ordem social, moral, política a questões biológicas sempre sob os preceitos e domínios de um modelo biomédico (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA-JÚNIOR, 2014).

Esta lógica de funcionamento, que medicaliza e patologiza os modos de vida dos indivíduos surge como consequência da ampliação do saber médico para as mais diversas áreas da vida cotidiana (CAMARGO, 2013), prática que ganha sua homogeneização na disciplinarização e controle da vida, de forma pontual, o crescente protagonismo da medicina em toda sua lógica de saber vem sendo exercido em vários cenários da vida, é o que Foucault (1984) pontua na sua obra, o nascimento da medicina social, quando esta se articula com a força estatal, (no surgimento do estado moderno) tendo uma grande influência no regime disciplinar, a saúde passa a ser incluída como um problema do estado, a partir desse momento a medicina se transforma exercendo um controle maior de vigilância sobre os indivíduos.

Foucault (1984) passa a definir a medicina como uma estratégia biopolítica, trazendo o capitalismo para a cena na compreensão da socialização dos corpos através da lógica biopolítica, para ele: “foi no biológico, no somático, no corporal, que, antes de tudo investi a sociedade capitalista” (ibidem, p.80), por tanto, para o autor a biopolítica estaria escrita no corpo. O que a medicina da época buscava propor era que a cura das doenças acontecesse por meio da gestão de uma ação do meio sobre os indivíduos, uma prática que se atualiza atualmente, evidenciando assim sua estrutura disciplinar introduzida em uma lógica que toma o indivíduo como seu objeto de saber (ZORZANELLI; CRUZ, 2018).

Dessa forma, a medicina social se estabiliza como um meio de redenção dos corpos aliadas ao surgimento dos hospitais que passam a ressignificar o seu espaço deixando sua estrutura asilar de depositário dos menos favorecidos, ganhando uma finalidade terapêutica, o que Foucault (1984) define como prática do biopoder. A medicina então passa a exercer sua estratégia como disciplinadora e normalizadora dos corpos adoecidos, assim como passa a criar condições adequadas para a aquisição de saúde e bem-estar coletivo, regulamentando o existir (ZORZANELLI; CRUZ, 2018). Henriques (2012) aponta que é por meio do processo de medicalização que o saber médico passa a ser propagado de forma implacável, através do seu discurso a medicalização tem se capilarizado para diferentes esferas da vida, de uma forma muito sutil tem diluído cada vez mais a imagem do saber médico sobre o corpo social desenvolvendo estratégias que caminham para a produção da vida criando modos de ser e existir.02202

Dessa forma há a uma medicalização dos modos de ser, meio pelo qual o discurso médico organiza a vida cotidiana, como já posto anteriormente, o ponto da discussão dos autores que coloca a medicalização como objeto de estudo culmina ao questionarem como a civilização tem ficado cada vez mais adoecida, como os seres humanos passam a converter em doença aspectos que são inerentes a sua própria existência, principalmente em relação ao

sofrimento como a representação do mal-estar e da própria subjetividade atualmente (AMARANTES; FREITAS, 2017).

As próprias modificações no sistema capitalista, e ascensão do neoliberalismo como uma nova forma de expressão desse sistema chama atenção para o modelo de sociedade que se forma a partir dessa estrutura econômica, uma sociedade cada vez mais adoecida e não preparada para lidar com o sofrimento, seja ele psíquico ou social, Safatle, Dunker e Silva (2021) abordam o neoliberalismo para além da sua estrutura de modelo econômico, o identificando como o responsável pela produção e gestão do sofrimento, que produz subjetividades, cria novas identidades e outras formas de ser. A tese que estes autores defendem consiste na definição do neoliberalismo como uma nova política para o sofrimento psíquico.

Esta nova política, sustenta estratégias de saída para o sofrimento que negam a subjetividade, estratégias fundamentadas na racionalização do discurso médico e na sua expressão, estas narrativas se ocupam em administrar e definir os comportamentos que representam uma ameaça à ordem social contribuindo para o fenômeno da medicalização (SAFATLE; DUNKER; SILVA, 2021). Amarantes e Freitas (2017) discutem outras práticas para além do domínio da medicina que tem contribuído no próprio processo de medicalização, dando destaque a crescente indústria farmacêutica, onde os indivíduos passam a buscar uma solução mais rápida para o seu desconforto ou sofrimento na tentativa de dominar, domesticar e eliminá-lo, estas são práticas compreendidas como uma extensão da racionalidade biomédica, sendo uma das formas de expressão da medicalização.

Quando se trata do debate a respeito desta temática existem distinções necessárias e questionamentos pertinentes, como estabelecer a diferença entre medicalização e medicamentação, o segundo é compreendido como a ação ou ato de medicar algo de forma excessiva com intuito de aliviar aquilo que é incômodo, medicalizar não significa necessariamente medicar e não é algo restrito somente ao saber médico, sendo assim, é sobretudo uma forma de traduzir um conjunto de fenômenos sob a ótica da saúde por meio de um discurso técnico científico, o próprio processo enquanto discurso pode ser reproduzido por qualquer pessoa ou instituição, dessa forma, este processo (medicamentação) pode surgir como um dos aspectos ou até mesmo resultados da medicalização (HENRIQUES, 2012; TRIGUEIRO, 2017).

Os fármacos surgem como uma possibilidade, uma solução mais técnica para retirar aquilo que é desconfortável, tendo em vista que vivemos sob o parâmetro de uma sociedade que exige dos indivíduos um funcionamento pleno, uma boa postura funcional, que este esteja sempre produzindo, o uso destes, anteriormente focado somente para amenizar o sofrimento

psíquico passa a ganhar novas resolutividades, retratada pelos autores Safatle, Dunker e Silva (2021, p. 15) como uma forma de acentuar ou potencializar novas “performances de trabalho”, Cunha (2021) acrescenta que no contexto neoliberal do capital, a indústria farmacêutica ganha mais destaque, os grandes grupos psicofarmacológicos se tornam a saída lucrativa, ganhando seu status de “salvador” como uma forma de docilizar e controlar os corpos, evidenciando a necessidade que se faz em normatizar e normalizar as subjetividades dos que se desviam da norma, é o que o Foucault (1977) denomina de biopoder, processo que gerencia e controla a vida em um projeto estratégico de controle por meio de uma normatividade.

A crítica à medicalização, coloca em questão a problemática da patologização daquilo que não é recorrente, na tentativa de exercer controle sobre os comportamentos vistos como desviantes que incomodam as instituições e os demais espaços cotidianos, processo que tem se revelado em diferentes esferas da vida, por meio desta lógica médico-farmacológica que definem diagnósticos, mapeando a precisão de cada tratamento direto no corpo (HENRIQUES, 2012). Meira (2012) esclarece que criticar a medicalização é uma forma de lutar contra as tentativas de reduzir a subjetividade a uma única via de compressão, tal crítica não caminha por vias negacionistas de não recorrer a medicações, sua finalidade não é contrariar os aspectos de bases biológicas existentes, mas evidenciar a problemática da medicalização, fato que não nega a importância dos medicamentos.

Autores como Amarante e Freitas (2017), Vidal e Ortega (2019), Whintaker (2017) apontam os problemas científicos da tese do desequilíbrio químico tratado pelo uso de fármacos, esta ideia é disseminada e bastante prevalente pela grande divulgação da indústria farmacêutica, retratando uma sociedade estruturada sob uma suposta epidemia dos transtornos mentais, aspecto que se torna muito lucrativo para a indústria. Estes autores buscam elucidar os problemas éticos e metodológicos da indústria farmacêutica em enxergar a dimensão do sofrimento psíquico apenas como resultado de fatores biológicos, apontando como consequência um apagamento da subjetividade e da própria complexidade da dimensão humana, o que se busca ao explicar tal problemática é trazer a compreensão do ser humano em sua totalidade como um ser biopsicossocial, compreendendo que a experiência do sofrimento acarreta em sua síntese várias determinações.

Vidal e Ortega (2019) trazem em suas discussões argumentos a respeito dos pressupostos da neurociência que tem desconsiderado vários campos interdisciplinares, apontando para uma subjetividade emergente que tem de forma subjacente efetivado a noção de “sujeito cerebral”, termo utilizado para se referir a ação de cerebralizar determinados fenômenos, trazendo como definição o processo de “cerebralização do sofrimento psíquico”

(ibidem, p.165). Estes autores discutem sobre a neurocentralidade, em uma análise do fenômeno que parte primeiramente da compreensão do cérebro, são estes reducionismos apontados pelos autores que desconsideram a compreensão do espaço social, ou da relação do organismo em sua totalidade com o ambiente. O que acaba por ser evidenciado na própria neurociência é a sua difusão para além dos campos da saúde criando e naturalizando uma noção de neuro-sujeito, convertendo no que acaba por acontecer nos próprios espaços educativos, essa centralidade que o saber médico e as neurociências vêm ganhando no campo da educação assim como nos demais espaços cotidianos (GUARIDO, 2008).

4 A ESCOLA COMO UM DISPOSITIVO QUE PRODUZ SUBJETIVIDADES

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.”
(RUBEM ALVES,2012, p.29).

A educação está referida a um processo de apropriação da cultura, uma ação que deve acontecer de forma crítica, emancipatória, libertadora e transformadora. Nesse sentido, o direito à educação é o direito do sujeito de se apropriar da cultura e ser capaz de por si só fazer a sua leitura do mundo. A educação é realizada de diversas formas e se constitui por meio de processos educativos, sendo a escola uma das instituições base para formação dos indivíduos encarregada de educar e de construir pessoas (CARA, 2019). Esta por sua vez se consolida em um espaço institucional que produz subjetividades, é neste espaço que os indivíduos são moldados e influenciados em sua forma de pensar, agir e se relacionar com o mundo, consoante a leitura de Foucault (1987) sobre a sociedade disciplinar, a escola seria um dispositivo cujo objetivo é produzir indivíduos disciplinados e submissos às normas sociais, nesse sentido, a escola se concretiza como um espaço que tem a capacidade de moldar as subjetividades dos alunos, segundo os interesses da sociedade.

Refazendo uma análise a respeito do surgimento dos processos educativos, compreende-se a função da escola por uma perspectiva determinista, o processo de educar sempre existiu, mas somente a partir da idade média na Europa é que a educação se tornou produto da escola, mais especificamente das pessoas (COIMBRA,1989). A escola como instituição como conhecemos no modelo atual está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo com a revolução industrial, Pereira, Mello e Santos (2019) pontuam que a dimensão do trabalho é o elemento precursor na constituição das sociedades, tomando assim como referência o conceito de trabalho como um princípio educativo, evidenciando o seu caráter formativo na educação.

Pereira, Mello e Santos (2019) apontam a relação educação e trabalho em uma direção dupla, “uma vez que o trabalho, enquanto princípio educativo, permite uma formação onilateral.” (Ibidem, p.269), ou seja, uma formação humana sob as necessidades vigentes do capitalismo na formação da mão de obra para as empresas, o capital acaba por educar para a adaptação às suas formas de exploração, disciplinando e docilizando-os.

Coimbra (1989) destaca que a burguesia enxergava a necessidade de educar e socializar a massa trabalhadora, a fim de discipliná-los como bons cidadãos. A partir desse marco, compreendemos como a escola surge já estabelecida com determinadas funções, como atender aos valores das elites dominantes, que por sua vez estabelece a partir das divisões de classe o lugar de cada sujeito na sociedade. Sendo assim, a escola passa a se configurar como aparelho hegemônico do estado.

Assim como colocado por Pereira, Mello e Santos (2019) na análise sobre a teoria da dualidade estrutural da educação, historicamente a desigualdade e a divisão social do trabalho tem dominado e determinado a educação para os filhos das classes trabalhadoras e outra para as classes dominantes, a última orientada para a continuidade dos estudos e a construção de carreiras acadêmicas, destarte, por outro lado, caberia a instituição escolar apenas instrumentalizar os filhos da classe trabalhadora para trabalhos manuais conforme as necessidades do mercado, posto isso a escola vem se configurando como uma instituição que tem reproduzido cada vez mais essas divisões de classes, seguindo por essa perspectiva, a instituição escolar assume a uma posição meramente reprodutora dos interesses do estado capitalista se tornando o lugar de convencimento e consentimento da ideologia dominante, ela não só justifica como legítima mascarando as diferenças e conflitos de classes (COIMBRA, 1989).

Sabendo que ainda hoje a educação segue através dessa lógica neoliberal, a escola atual segue como uma instituição que tem reproduzido cada vez mais as divisões de classes. Um dos principais efeitos dessa estrutura foi engendrada pelas diversas reformas na educação que acabam por corresponder aos interesses dos setores dominantes na tentativa de manter as relações desiguais no Brasil, respondendo às determinações do capital, como exemplo mais recente dessas reformas podemos citar diante do nosso atual contexto as formulações do (novo) ensino médio, que acaba por se configurar como mais uma tentativa de cavar as desigualdades escolares (PEREIRA, MELLO E SANTOS, 2019).

Corti (2019) pontua que para se conhecer a educação de um país, é preciso, antes conhecer de quem são os interesses dominantes que organizam as relações econômicas, políticas e culturais. Para que assim compreenda-se como esta premissa produz realidades

históricas diante a tantas contradições que acaba por fortalecer e reforçar as políticas e as práticas educacionais. Tais políticas são responsáveis por determinar o fazer e proceder da educação expressam a força hegemônica sustentada por uma estrutura classista marcada por uma elite conservadora que captura a educação como resultado da sua forma e função pela ampliação do capital, reduzindo esse percurso a uma condição de insumo econômico e como objeto de caráter disciplinador dos corpos e da mente, tornando esse processo a própria negação do direito à educação, denotando como as grandes forças hegemônicas não chegam a sequer estabelecer um pacto social democrático (CARA, 2019).

Evidentemente há uma finalidade política-ideológica em torno da educação, esta se torna esse espaço que se esvai da sua realidade histórica, social, política e econômica, onde cada vez mais é propagado que o melhor funcionamento da educação, a melhor solução para o “fracasso escolar” e do desenvolvimento humano se dá a partir do momento que se enfatiza a melhoria dos currículos, ou a uma maior modernização das técnicas de ensino (COIMBRA, 1989). Apontando uma carência de uma análise política ideológica da educação onde não há direcionamento de uma reflexão crítica do contexto histórico e social dos espaços educativos, toda a complexidade dos problemas que se acerbam do âmbito educacional se reduz a uma atitude do estado que age de forma despercebida e desresponsabilizada não só da realidade escolar como do contexto social e político (LOURENÇO, 2021).

Posto isso, questiona-se sobre quais interesses a educação está sendo gerida, já que esta não se configura como neutra, mas como um espaço que está a serviço da cultura dominante o qual se pode inconscientemente ser cúmplice (HOOKS, 2013). Dessa forma os próprios projetos políticos pedagógicos se tornam o reflexo de um projeto político muito maior, visto que os limites colocados pelos muros da instituição não as isolam e nem a impede de ser atravessada pelos fenômenos que ocorrem na sociedade. Pelo contrário, a escola se torna o cenário principal onde essas relações de poder são reproduzidas, sustentadas e geradas (PARO, 2018).

Em suma, a escola e todo os seus projetos políticos centraliza-se na formação dos estudantes através de uma educação que se concretiza por meio desses processos educativos potencializando cada vez mais a escola como uma instituição fortalecedora e mantenedora do poder de uma classe dominante, tendo como finalidade reproduzir as divisões de classe, inculcando os valores, hábitos e práticas políticas das elites, disciplinando e controlando através de uma ideologia que demarca a construção de uma normatividade e classificação dos alunos em “bons e ruins” onde estes são os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso (COIMBRA, 1989).

A forte relação que os processos educativos estabelece com os ideais neoliberais intensificam a (re) produção de subjetividades que interiorizam essa noção de fracasso ou do sucesso, naturalizando nesses espaços a produtividade, transformando esses lugares em locais de competitividade, de submissão às hierarquias, de medo, disciplina, individualização. O resultado é a tensão de serem trocados por outro melhor, o sentimento de insuficiência formando pessoas e uma sociedade cansada e adoecida psiquicamente, onde os sofrimentos psicossociais atravessam os corpos dos jovens e docentes (CARNEIRO, 2019).

Han (2015) ainda acrescenta que nessa configuração neoliberal, produzimos uma nova forma de subjetivação que banaliza toda a dor e sofrimento, o padrão ideal é ser uma pessoa eficiente em tudo, produtiva, positiva, que tenha socialmente uma função que atenda às necessidades do capitalismo, o lucro. Tudo o que diverge, tudo o que varia deve ser descartado. No neoliberalismo o que reina é a meritocracia, de responsabilização individual do sujeito pelo sucesso ou fracasso, pela felicidade ou tristeza, pelo adoecimento ou pela saúde.

Essa ideia da responsabilização do sujeito pela sua dificuldade é frequentemente adotado nas instituições de ensino, para explicar o aluno que “fracassa”, que não aprende e não produz resultados, a escola demanda respostas para essas questões tratadas como individuais e de responsabilidade do aluno (HASHIZUME *et al*, 2019). A própria narrativa da neurociência tem adentrado nos pressupostos a respeito dos processos de ensino-aprendizagem, onde há uma crescente ascensão das concepções cerebralistas com intuito de explicar, ou solucionar a problemática acerca das manifestações comportamentais dos alunos, em específico o “aluno problema” que apresenta sempre uma conduta indesejável (ARANTES; FREITAS, 2019).

O “aluno problema” se constitui na narrativa desses espaços, onde se reduz a aprendizagem ou comportamento a fenômenos cerebrais, que justifiquem ou respondam o “fracasso escolar” (ARANTES; FREITAS, 2019). A aprendizagem se torna o foco e prioridade desconsiderando as diversas experiências em prol de um padrão daquilo de que se deve aprender que terá utilidade e será valorizado, já que aparentemente assim como cita Carneiro (2019, p. 42) “ a economia abraça a aprendizagem”, por conseguinte, este mesmo autor retrata o sofrimento social como sintoma da abstração das diferentes realidades e experiências que atravessam os espaços educativos, considerando a escola como espaço de pluralidades no qual se cria relações que nos retira do conforto nos direcionando para os diversos contextos que dela surgem, sendo assim, a escola é por si mesma uma violência.

Nas escolas intensifica-se os processos de exclusão, trazendo a indagação de quem de fato usufrui do direito a educação. As novas modalidades de ensino integral dificultam o acesso a muitos jovens que vivem na marginalidade, dificultando o direito dos alunos a uma educação

de qualidade, bem-estar e desenvolvimento integral, sendo assim produzidos e negligenciados nesses espaços formas de violência e de adoecimento como o mal-estar, preconceitos, discriminações, o cansaço, a autolesão e suicídio. Essas expressões atravessam não só os estudantes como os docentes e todo o corpo escolar, revelando como as instituições escolares podem estar se apresentando no auge do seu enfraquecimento e esgotamento (CARNEIRO, 2019).

5 MEDICALIZAÇÃO PARA EDUCAR: IMPACTOS NA VIDA ESCOLAR

“Educar não é homogeneizar, produzir em massa, mas produzir singularidades. Deixar vir à tona a diversidade de modos de ser, de fazer, de construir: permitir a réplica, a contrapalavra”
(FREITAS, 2007, p.147).

Como já exposto anteriormente, a questão da medicalização carrega uma polissemia conceitual no qual envolve diversos processos complexos, sua definição e compreensão é amplamente discutida por diversos autores. Entende-se que o termo medicalização enfatiza um fenômeno produzido na construção do saber médico moderno, como afirmam Collares e Moysés (2016). Destarte, pode-se definir este fenômeno como o processo de transformação de problemas não médicos em problemas médicos, questões essas eminentemente de origem social e política (CAMARGO, 2013), ou seja, qualquer experiência e reação humana diante das flutuações emocionais passam a ser inscritas no campo de uma psicopatologia.

O debate acerca da medicalização nos leva a outros campos, tendo em vista a sua implicação como um processo ideológico e político em rotular comportamentos desviantes, a nível ideológico constitui-se sob a lógica de pensar e interpretar fenômenos da existência a partir de uma perspectiva das ciências da saúde, não é à toa que diversas instituições adotam uma abordagem ou racionalidade médica para solucionar problemas organizacionais (HENRIQUES, 2012). A medicalização escolar exemplifica esse processo dinâmico que se dá a nível institucional evidenciando as implicações do discurso médico sobre a educação (GUARIDO, 2008).

Os processos de escolarização e suas dificuldades são acometidos pela lógica do discurso médico, assim a medicalização dos processos educativos consiste em “biologizar”, transformando questões políticas e sociais em transtornos ou doenças, remetendo suas causas ao âmbito biológico, reduzindo e minimizando a complexidade destes fenômenos no contexto que envolve o desempenho escolar (COLLARES; MOYSÉS, 2016). É muito comum essas questões serem vistas unicamente como responsabilidade do sujeito, as demandas apresentadas

pela escola se voltam para as queixas localizadas no aluno, neste é inculcada esta responsabilidade ou culpa pelas dificuldades que se apresentam nesse espaço (GUARIDO, 2008).

Atribuir esta responsabilização para o sujeito de forma simplista acaba contribuindo para a classificação na produção de rótulos e estigmas do aluno que não aprende, ou o famigerado “aluno problema”, onde há um deslocamento de questões de uma ordem social, cultural e política para um problema biológico, colocando como causa do fracasso escolar as pretensas doenças, que sustentam a medicalização do processo ensino e aprendizagem (COLLARES; MOYSÉS, 2016). Consoante ao estudo de Patto (2015) o fracasso escolar é o termo utilizado para definir as dificuldades encontradas no processo de escolarização, que acaba tendo como resultado o desempenho insatisfatório do aluno mediante as expectativas da escola. Dessa forma, são atribuídas características inerentes aos alunos que não respondam a essas expectativas no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, recaindo sobre estes a responsabilidade pela reprovação, evasão, e pelo insucesso.

Todavia, o aluno não é único a quem se incumbe esta responsabilidade, a culpa do fracasso escolar também recai sobre a família, sendo comum que os estudantes considerados “problemas” sejam provenientes majoritariamente de escolas públicas ou ainda de camadas populares mais carentes (PATTO, 2015). Vários estudos já realizados apontam a relação do fracasso escolar com a pobreza, nesta mesma linha Patto (1992) enfatiza o fracasso escolar como parte constitutiva de uma sociedade excludente e classista, que está a serviço das desigualdades sociais. Tal prática dotada de preconceitos impede que o corpo escolar olhe para o fenômeno de forma mais ampla e busque alternativas para a sua superação.

Em vista disso, nota-se que questões pedagógicas são constantemente deslocadas para um problema biológico, determinadas no corpo do aluno que não aprende (GUARIDO, 2008), nesta mesma perspectiva Collares e Moysés (2016, p. 28) também enfatizam o deslocamento do eixo de uma “discussão político-pedagógica para causas e soluções pretensamente médicas, portanto inacessíveis a educação”, sendo justamente o que estes autores supracitados chamam de medicalização do processo ensino-aprendizagem. Posto isso, a lógica de explicações para os problemas de aprendizagem segue estes pressupostos biológicos, fundamento que acompanha o processo de medicalização da educação que se consolida como alternativa de superação do fracasso escolar (LEONARDO; SUZUKI, 2016). Hashizume *et al* (2019) salientam que estas práticas nas escolas aumentam cada vez mais a frequência de queixas escolares nos serviços públicos e privados de saúde, conferindo a medicalização um problema de saúde pública.

O fracasso escolar e o seu reverso, os problemas de aprendizagem, ganham destaque como objetos essenciais no processo de medicalização, dando margem para o surgimento da diferença e a crescente necessidade de classificação nesses espaços, não se pode deixar de fora o sofrimento que emerge desse lugar. Patto (1992) afirma que os preconceitos e estereótipos além de compactuar com a exclusão não atingem somente o aluno, afetando também sua família, principalmente às famílias carentes, a estes cabem carregar o peso do preconceito, bancando a responsabilidade pelas oportunidades desiguais de um sistema classista que gera e mantém sua pobreza.

Famílias que carregam o estigma de “lar desestruturado” sendo consideradas incompetentes pela educação dos filhos, quando não responsabilizadas pelo diagnóstico das crianças. Pouco se questiona a respeito das políticas educacionais, da instituição educativa e até mesmo o cotidiano escolar (COLLARES; MOYSÉS, 1994). Aqui cabe questionarmos a respeito do número crescente de diagnósticos, e como a ação de diagnosticar carrega consigo a resposta e salvação para o aluno que não consegue responder às exigências da escola, conforme Patto (1992) pontua, as dificuldades nos processos de escolarização são patologizadas e trazem consigo uma série de consequências, dentre elas a escola se isentar da sua responsabilidade.

Dentre os efeitos da medicalização, a classificação ganha destaque, Pombo (2017) ressalta o aumento de diagnósticos psiquiátricos pela expansão do campo de intervenção da psiquiatria, este autor enfatiza os efeitos da classificação, apontando que toda classificação é hierárquica e, portanto, polariza e atribui valor negativo a tudo que se desvia da norma, transformando a experiência que cada indivíduo tem de si. Logo, nota-se como a educação exerce um papel de protagonismo nos processos de medicalização engendrados nos encaminhamentos, a escola ocupa esse espaço no qual os diagnósticos acabam sendo cada vez mais recorrentes (GUILHERME; GODINO, 2022).

Nesse sentido, a discutir sobre o normal e o patológico se torna necessário, Canguilhem (2009) organiza as coordenadas a respeito dos limites entre os domínios do normal e do patológico, e de saúde-doença, enfatizando que estes pressupostos devem ser compreendidos dentro de um fluxo (movimento) que acomete a totalidade da vida, não se resumindo a meras alterações quantitativas, consoante a isso problematiza-se a necessidade de normatizar e controlar os corpos e as subjetividades nos espaços educativos, principalmente daqueles que se desviam, patologiza-se os comportamentos que incomodam estes espaços, resultando em uma forma de controle dos corpos, na tentativa de buscar a normalização dos indivíduos para que eles possam compor um ambiente comum, dado isso, a proliferação de diagnósticos na escola,

produz uma nova categoria, os alunos laudados (CHRISTOFARI; FREIRAS; BATISTA, 2015).

Decotelli, Bohre e Bicalho (2013) apontam o crescimento alarmante de diagnósticos de distúrbios neurológicos de aprendizagem e da prescrição de medicamentos para tais. Conforme Zangrande *et al* (2018) dentre os transtornos neuropediátricos e psiquiátricos infantis, o Transtorno do déficit de atenção/ hiperatividade está entre os mais comuns na infância. Somado a isso Collares e Moysés (2018) destacam uma nova era dos transtornos, onde há uma crescente e violenta onda de diagnósticos de dislexia, Transtorno opositor desafiador e Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade. Estas autoras enfatizam ainda estes transtornos como novos produtos de mercado que vem acompanhados de novas drogas, dentre elas o metilfenidato, risperdal, entre outras. Cunha e Mello (2017) apontam a contribuição da medicalização para o avanço do mercado farmacêutico, tendo como resultado uma expansão farmacológica considerável na medida em que se torna preocupante em razão do uso abusivo de medicamentos desde a infância.

Outrossim, Leonardo e Suzuki (2016) apontam que entre as diferentes maneiras que a medicalização se insere no contexto educativo, o uso da medicação na infância se destaca como principal alternativa para lidar com aluno em defasagem e assim resolver as dificuldades de aprendizagem e condutas consideradas inadequadas. Como pano de fundo temos as exigências que são impostas de autonomia e performance na atualidade, na medida em que se destaca nesse mesmo contexto o aumento da demanda de psicofármacos (CUNHA, 2021). No processo de escolarização os distúrbios e/ou transtornos dos alunos se apresentam como os responsáveis que os impedem de aprender. Como consequência, precisam utilizar alguma medicação que os ajuste aos padrões esperados por uma escola ideal, no qual pouco se vale sua trajetória educacional, ou sua história de vida.

A sociedade atualmente vive na era da velocidade, do rápido, prático e fácil, da valorização do sucesso e das altas performances de produção, vivemos em uma época de acordo com Han (2015) em que os excessos de positividade são equivalentes a uma hiperatividade generalizada. Nessa mesma linha, Cunha (2021) seguindo esta ideia de seres humanos que precisam ser produtivos e performáticos, acrescenta que não se encaixar nesses aspectos acaba relegando este indivíduo ao “limbo da patologização” (ibidem,p.4), dessa forma vende-se a ideia de felicidade em pílulas, sendo esta a solução mais prática de acordo com os critérios e lógica desta sociedade (CUNHA, 2021).

Tudo aquilo que foge da norma, ou melhor aquilo que escapa da concepção de normalidade imposta por uma sociedade que valoriza o funcionamento pleno do ser humano, é

facilmente entendido como disfunção, produto de um mal funcionamento do organismo. Eidt e Tuleski (2010) apontam que o advento do neoliberalismo intensifica o processo de deslocamento de questões sociais para o âmbito individual, o que acarreta consequentemente na potencialização da medicalização em diversos espaços do cotidiano, somado a isso, cada vez mais se expressa o aumento do número de prescrições medicamentosas em espaços como a escola, esta por sua vez, enquanto instituição da sociedade, se torna reflexo de uma lógica baseada nas idealizações neoliberais.

Dado isso, a prática medicamentosa aparece nesses espaços como alternativa para a contenção de comportamentos postos como desviantes. Leonardo e Suzuki (2016) apontam que os medicamentos como a Ritalina e Concerta, nomes comerciais para o Cloridato de metilfenidato ganham destaque nos processos de controle e ajustamento dos corpos, sendo conhecido como a “droga da obediência”, este medicamento assim como pontua Trigueiro (2017) é um dos mais consumidos no Brasil, sendo comum o seu uso por universitários, empresários e profissionais da saúde, com a finalidade de aprimorar suas performances produtivas, aliado a isso, Mélo e Garcia (2016) assinalam o uso desenfreado deste medicamento por estudantes como estratégia para melhorar o desempenho cognitivo no aprimoramento da concentração.

Segundo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente (BRASIL, 2015), O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de metilfenidato. Eidt e Tuleski (2010) afirmam que essa droga costuma ser prescrita para crianças que apresentem diagnóstico de algum distúrbio na aprendizagem escolar, sendo que as características farmacológicas desta medicação chamam atenção para uma preocupação com seu potencial como droga de abuso. Ainda de acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2015), em 2010 foram consumidas cerca de dois milhões de caixas do medicamento, e os dados apontam também que o consumo do metilfenidato aumentou 775% entre 2003 e 2012.

Dentre os principais fatores que contribuem para o cenário de consumo de medicamentos para o tratamento do TDAH, a ONU (2015) destaca o erro de diagnósticos, o aumento crescente de pacientes, a prescrição indevida do metilfenidato, o marketing farmacêutico e o aumento da oferta de mercado em muitos países. Já o boletim brasileiro de avaliação de tecnologias em saúde (ANVISA, 2014) em sua última atualização traz que o número de crianças e adolescentes com diagnóstico de TDAH, tem crescido, apontando que as estimativas de prevalência no Brasil desse transtorno variam consideravelmente, entre 0,9% a 26,8%, e o órgão alega ainda que o principal emprego dos medicamentos para o tratamento do TDAH se faz no âmbito educacional.

Os dados apresentados no parágrafo anterior corroboram para o que diversos autores apontam sobre a medicalização dos processos educativos, com a afirmação de que, questões sociais como a desigualdade e diversidade são desconsideradas e apenas compreendidas como transtornos ou distúrbios que deveriam ser tratados como doença e assim medicados. Os problemas de ordem social e política passam a ser da ordem biológica, e como tal, tratada pelo saber médico.

A problemática acerca do uso de medicamentos para tratar os problemas de aprendizagem tem sido uma discussão levantada entre a comunidade científica, assim como atesta Leonardo e Suzuki (2016) já que não se sabe as consequências que o uso desenfreado destes estimulantes pode ocasionar futuramente aos estudantes (EIDT; TULESKI, 2010). Posto isso, é também colocado em evidência a relação que há entre a existência e intensificação dos diagnósticos dos transtornos de aprendizagem a indústria farmacêutica (MOYSÉS; COLLARES, 2011).

Guarido (2007) afirma que na lógica da construção diagnóstica o remédio tem participação na nomeação do transtorno, afirmando não haver uma historicidade a ser considerada, tendo em vista que a psiquiatria da contemporaneidade é responsável por promover uma naturalização e subordinação do indivíduo a bioquímica cerebral, que é controlada e regulada pelos medicamentos, e assim a vida subjetiva perde seu espaço para as disfunções comportamentais. Arelado a isso, Cunha e Mello (2017) pontuam que a indicação de psicofármacos aumentou consideravelmente impulsionando ainda mais o crescimento da indústria farmacêutica como meio de regular as condutas diagnósticas referentes aos transtornos, para Collares e Moysés (2011) estes transtornos quando diagnosticado nas escolas, apresentam certas controvérsias uma vez que, existe uma imprecisão destes diagnósticos feito em jovens ou crianças escolares.

Em acordo com os pressupostos teóricos já explicitados, a condição do fracasso escolar acaba por impor encaminhamentos às áreas médicas devido às inadequações ao processo de escolarização, legitimando nesses espaços a necessidade de diagnósticos, para assim responder às lacunas dos processos educativos. Esta patologização do fracasso escolar, segundo Eidt e Tuleski (2010) se estabelece nas relações sociais pautadas pelo imediatismo em que se olha para as prováveis faltas do aluno sem levar em consideração o próprio processo de escolarização isentando a escola e a sociedade no qual se está inserido, por fim, nota-se cada vez mais presente o esvaziamento das relações sociais estabelecidas na escola, cúmplice ao embotamento dos responsáveis pelo processo de escolarização e educação nesses espaços.

Collares e Moysés (2016) acrescentam que para lidar com estas problemáticas, a escola delega o seu espaço para outra instituição, a saúde, sendo também recorrente nesses espaços a figura do psicólogo para solucionar a problemática do fracasso. É exigido e esperado que esses profissionais respondam aos questionamentos da escola acerca das dificuldades na aprendizagem, realizem avaliações e diagnostiquem condutas desviantes, evidenciando como a simples presença de profissionais da psicologia nesses espaços pode acarretar em riscos de medicalização, uma vez que há uma marcante presença do discurso especialista no cotidiano escolar (GUARIDO; VOLTOLINI, 2009).

Guarido (2007) afirma como a escola tem se tornado um local de proliferação de discursos especialistas, a presença de psicólogos, ou outros profissionais nesses espaços, para além daqueles já considerados no campo da educação, pode muitas vezes contribuir para legitimação de uma concepção reducionista que favorece a produção de estigmas, desigualdades sociais e incentive a exclusão do aluno no ambiente escolar. Posto isso, é importante ressaltar, que a psicóloga escolar e educacional tem um compromisso ético político nesses espaços, em que se deve estar atenta sob quais interesses a educação está sendo gerida, assim como, compreender os fenômenos dos processos de escolarização não como um fato isolado, mas envolvido em um contexto educativo que devem ser analisados na dinâmica relacional e nas condições sócio-históricas-culturais nas quais os indivíduos estão envolvidas (OLIVEIRA; MENEGOTTO; FONTOURA, 2015).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões realizadas ao longo deste trabalho, pode-se concluir que a medicalização dos processos educativos tornou-se uma prática comum nos espaços escolares. Nesse contexto, a medicalização tem sido utilizada como resposta para as queixas do fracasso e dos comportamentos indisciplinados, ocasionando uma proliferação de diagnósticos envolvendo os transtornos de aprendizagem, além do aumento no consumo de medicações para tratar as dificuldades e problemas de aprendizagem. A escola, então, delega seu espaço para aplicação de intervenções médicas e psicológicas, que fazem uma leitura reducionista sobre o processo de escolarização. Nesta perspectiva, a medicalização proporciona uma certa comodidade para escola, já que esta deposita sobre o aluno e sua família a responsabilidade pelo fracasso escolar.

Vivemos em uma sociedade capitalista que preza pela eficiência e produtividade acima de tudo. A escola, enquanto um aparelho hegemônico do Estado, reproduz as idealizações e

anseios de uma sociedade neoliberal. Torna-se um lugar de apreensão da diferença, a fim de ser um espaço que molda e ajusta seus alunos às suas exigências. Com a ampliação e expansão do saber médico, e a união entre saúde e educação, deu-se início à classificação dos “anormais”, ou seja, aqueles que de alguma forma resistem em se adequar aos preceitos de uma escola ideal são patologizados.

Foi possível constatar que há uma banalização no que se refere ao aumento de diagnósticos nos espaços educativos. Através da literatura, nota-se que os problemas de aprendizagem e de comportamento são as principais queixas que aparecem nesses espaços, o que leva ao aumento cada vez mais frequente de queixas escolares nos serviços públicos e privados de saúde. O que se percebe nesses espaços é que a história de vida, a trajetória dos processos escolarização, as dimensões social e política desses indivíduos são desconsideradas, criando assim uma visão simplista acompanhada de uma ótica reducionista das causas dos problemas de aprendizagem. Essa banalização do diagnóstico tem contribuído para os processos de exclusão e rotulação nas escolas.

Esta tendência de atribuir as dificuldades no processo de escolarização uma dimensão de transtorno, distúrbio ou doença, tem contribuído para o aumento e consumo de medicação nesses espaços, revelando-se assim uma visão organicista e individualista sobre a infância. Somado a isso, convém ressaltar que a prescrição de medicamentos como a única saída para o tratamento, bem como o seu uso indiscriminado e abusivo, resulta em um silenciamento das diferenças, numa tentativa de homogeneizar os espaços educativos.

Nesta via, cabe questionar quanto ao lugar da psicologia na educação, reiterando o seu compromisso ético-político de atuação nesses espaços. A psicóloga não deve ser entendida como a nova panaceia da educação pública, tampouco contribuir com visões reducionistas que culpabilizam e responsabilizam o aluno pelo fracasso. Deve compreender a escola como um espaço de pluralidades e de apropriação da cultura, local onde diferentes discursos se inter cruzam. Olhar para a totalidade da escola como um espaço que está situado histórica e socialmente, levando em conta as determinações sociais do processo saúde-doença.

Por fim, é importante ressaltar que este estudo não esgota todo o conhecimento na área, mas traz indícios que nos levam a repensar o lugar e o papel da escola na produção do fracasso e na medicalização. Além disso, é fundamental refletir sobre o papel do Estado, a relação família-escola, os discursos e a função que a escola desempenha junto aos alunos. A crítica à medicalização no contexto educativo deve ser feita por meio de pesquisas e produções, a fim de fomentar o debate coletivo e construir novas formas de lidar com as dificuldades que surgem

nos processos de escolarização, fortalecendo o protagonismo dos alunos, pais, professores e comunidade envolvida no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **Por uma educação romântica**. São Paulo: Papirus, 2012.
- AMARANTE, P; PITTA, A.M.F; OLIVEIRA, W. F (Orgs.). **Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política**. São Paulo: Zagodoni, 2018.
- AMARANTE, P; FREITAS, F. **Medicalização em Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2017.
- ANVISA. **Metilfenidato no tratamento de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade**. Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde (BRATS). N° 23. 2014
- ARANTES, Ricardo; FREITAS, Claudia. A constituição da demanda para a Neurologia a partir da Educação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, v. 24, n. 51, p. 291-307, maio 2019.
- BRASIL. **Resolução nº 177, de 11 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de não serem submetidos à excessiva medicalização. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2015.
- CAMARGO J. K. R. Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 29, n. 5, p. 844-846, maio 2013.
- COLLARES, C. A. L; MOYSÉS, M. A. A. **A Transformação do Espaço Pedagógico em Espaço Clínico (A Patologização da Educação)**. Publicação Série Ideias, v. 23, p.25-31. São Paulo: FDE, 1994.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009
- CARA, D. Contra a barbárie. **O direito à educação**. In: CASSIO, F. (Org). Educação contra a barbárie por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CARNEIRO, S. Vivendo ou aprendendo: A **“ideologia da aprendizagem” contra a vida escolar**. In: CASSIO, F. (Org). Educação contra a barbárie por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COIMBRA, Cecília Maria B. As funções da instituição escolar: análise e Reflexões. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 14-16, 1989.
- CONRAD, P. **The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.
- CORTI, A.P. Ensino médio: entre a deriva e o naufrágio. In: CASSIO, F. (Org). **Educação contra a barbárie por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHRISTOFARI, A.C; FREITAS, C.R; BAPTISTA, C.R. Medicalização dos Modos de Ser e de Aprender. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1079-1102, 25 ago. 2015.

CUNHA, M. A banalidade do mal psicofarmacológico em tempos de performance. **Psicologia Usp**, Rio de Janeiro, v. 32, n. /, p. 1-9, 2021.

CUNHA, J. A. P. DA; MELLO, L. M. DE L. Medicação/Medicalização na infância e suas possíveis consequências. **Pretextos** - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 192 - 209, 5 jun. 2017.

DECOTELLI, K. M.; BOHRE, L. C. T.; BICALHO, P. P. G. DE .. A droga da obediência: medicalização, infância e biopoder: notas sobre clínica e política. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 2, p. 446–459, 2013.

EIDT, N. M.; TULESKI, S. C.. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e psicologia histórico-cultural. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 121–146, jan. 2010.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

FOUCAULT, M. **O nascimento da medicina social**. In: M. Foucault *Microfísica do poder*. (Ribeiro trad.) Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, M. T. Bakhtin e a psicologia. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora UFPR, 2007, p. 141-160.

GUARIDO, R; VOLTOLINI, R. O que não tem remédio, remediado está? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 239-263, abr. 2009.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151-161, abr. 2007

GUARIDO, R.A. “**O que não tem remédio, remediado está**”: medicalização da vida e algumas implicações da presença do saber médico na educação. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008.

GUILHERME, I. B.; GODINHO, M. O. D. Medicalização com enfoque no uso indiscriminado de metilfenidato: Uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 14, p. e203111436098, 2022.

HAN. B.C. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 1. ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HAN. B.C. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015, 136 p.

HENRIQUES, R.P. A medicalização da existência e o descentramento do sujeito na atualidade. **Revista Mal-Estar Subjetividade**, Fortaleza, v. 12, n. 3-4, p. 793-816, dez. 2012.

HASHIZUME, C. M *et al.* Medicalização da Educação: análise sobre os trabalhos apresentados no Fórum de Medicalização. **Educação & Linguagem**, [s. l], v. 22, n. 2, p. 171-191, Jul. 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

LEMOS, F.C.S. A medicalização da educação e da resistência no presente: disciplina, biopolítica e segurança. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 485-492, dez. 2014.

LEONARDO, N.S.T; SUZUKI, M.A. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 46-54, abr. 2016.

LOURENÇO, H.S. Tempo político, novo Ensino Médio e conhecimento. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 211-235, 27 maio 2021.

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 136-142, jun. 2012.

MÉLLO, R. P.; GARCIA, P. D. da C. Infância Chapada: a medicalização do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. In: PIANI, P. P. F.; MOREIRA, A. C. G.; BRIGAGÃO, J. I. M. (Org.). **Direitos Humanos, Saúde Mental e Drogas**. Belém: Pakatatu, 2016. p.146-162. ISBN: 978-85-7803-288-3

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. 3a.ed. Edição eletrônica: Ed. autor, 2016.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S.; FACCI, M. G. D. (Orgs.). **A exclusão dos incluídos: Contribuições da Psicologia da Educação para uma crítica à Patologização Medicalização**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 133-196.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Patologização da infância: novas máscaras da violência In: ALEXANDER, B.K; MERHY, E.E; SILVEIRA, P. (org.). **Criminalização ou Acolhimento? Políticas e práticas de cuidado a pessoas que também fazem o uso de drogas**. Porto Alegre: redeunida, 2018, p.488-509

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. de O.; FONTOURA, G. P. da. Escola e psicologia: uma história de encontros e desencontros. **Revista quadrimestral da associação brasileira de psicologia escolar e educacional**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 377-385, maio/agosto, 2015.

ONU. Report of the International Narcotics Control Board for 2014. **United Nations**: International Narcotics Control Board. 2015

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 2015.

PATTO, M. H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 107-121, 1992.

PEREIRA, R.S; MELLO, M.B; SANTOS, C.C. Dualidade estrutural e o Ensino Médio no Brasil. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Bahia, v. 7, p. 267-285, 2019.

POMBO, M.F. Da recusa à demanda de diagnóstico: novos arranjos da medicalização. **Arquivos brasileiros de psicologia**. Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 5-20, 2017.

PARO, V.H. **Educação como exercício do poder: Crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2018.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N.S; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, 286 p.

SANT. *Dorflex*. São Paulo: Casa1 records, 2017. (2:50sec). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4zIWw-a6tS>. Acesso em: 01/05/2023.

TRIGUEIRO, E.S.O. **Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior**. 206 f. (Tese Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP, 2017.

VIDAL, F; ORTEGA, F. **Somos nosso cérebro? Neurociências, subjetividade, cultura**. São Paulo: Hedra, 2019. 346 p.

WHITAKER, R. **Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

ZORZANELLI, R.T; CRUZ, M.G.A. O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2018, v. 22, n. 66, pp. 721-731.

ZANGRANDE, H. J.B; BOGONI C.A. INFÂNCIA TARJA PRETA: O SENTIDO DA MEDICALIZAÇÃO PARA CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR DIAGNOSTICADAS COM TDAH. **Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [S. l.], 2018.

ZORZANELLI, R.T; ORTEGA, F; BEZERRA JÚNIOR, B. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1859-1868, jun. 2014.